

Recuperação Judicial no Agro:

O Impacto do Provimento CNJ sobre o Ato Cooperativo

O aumento de pedidos de Recuperação Judicial por produtores rurais levou a novas regulamentações do CNJ. O foco está no “ato cooperativo”: quando um cooperado entra em RJ, a dívida pode afetar a mutualidade e impactar os demais membros.

O Problema Insegurança no Crédito Rural



Aumento de RJs no Campo
Crescimento acentuado de pedidos de Recuperação Judicial por produtores rurais pessoas físicas.



O Provimento CNJ 216/2026
Norma que limita a exclusão dos créditos do ato cooperativo da Recuperação Judicial.



Insegurança Jurídica
Mudanças nas regras geram incerteza para instituições que financiam a produção agrícola brasileira.

Os impactos O Efeito Dominó no Cooperativismo



Quebra da Mutualidade
O inadimplimento de um cooperado é rateado entre todos os outros membros adimplentes.



Encarecimento do Sistema
A necessidade de novos procedimentos de segurança pode tornar o financiamento rural mais caro.



Morosidade Judiciária
Discussões complexas sobre o tema tornam os processos mais lentos e a solução tardia.

Comparação Natureza das Instituições



Cooperativa de Crédito



Objetivo:
Ajuda mútua e prestação de serviço



Relação:
Sociedade entre cooperados



Gestão de Perdas:
Rateio entre os sócios (cooperados)



Instituição Financeira (Bancos)



Objetivo:
Lucro comercial



Relação:
Cliente e banco



Gestão de Perdas:
Absorvida pelo capital da própria instituição